

IV. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Desde a sua concepção, em 1995, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) tem passado por constantes aprimoramentos e complementações, num processo dinâmico de melhorias sucessivas. A quantidade de dados e a amostra de prestadores de serviços vêm crescendo a cada ano, de forma que, em 1999, chegou-se a cem informações primárias e a 75 indicadores calculados, para uma amostra de 198 prestadores de serviços, sendo 27 de abrangência regional (companhias estaduais), cinco microrregionais e 166 locais (serviços municipais).

Também a amostra de municípios operados por prestadores de serviços regionais e microrregionais tem crescido a cada ano, alcançando, em 1999, 602 municípios atendidos pelas companhias estaduais de saneamento, em todos os estados brasileiros, incluindo municípios que compõem as regiões metropolitanas, além de todos os 14 municípios atendidos pelos prestadores de serviços microrregionais. O SNIS possui também a relação com os nomes dos municípios atendidos pelas companhias estaduais e microrregionais, totalizando 3.893 municípios atendidos com abastecimento de água e 763 atendidos com esgotamento sanitário.

Além do tamanho, é evidente também a melhoria da qualidade das informações, que, já na origem, são submetidas a uma grande quantidade de análises de consistência (cerca de quinhentas análises constantes do *software* de coleta dos dados), mais aquelas feitas pelos técnicos da UGP/PMSS, as quais, durante o processo de coleta, interagem com os prestadores de serviços por intermédio do telefone, fax ou e-mail, aprimorando e complementando os dados. De outro lado, mais do que a evolução do programa e do processo de coleta, muito têm contribuído para o aprimoramento da qualidade das informações o interesse e o cuidado dos prestadores de serviços, os quais têm dado mostras da crescente melhoria do tratamento das informações, o que, segundo muitos depoimentos de técnicos, tem trazido melhorias nos sistemas internos de informação.

No que se refere à interação do sistema com o setor, esta vem ocorrendo não apenas ao longo do processo de coleta, mas também em outras atividades que contaram com a participação de dirigentes e técnicos do setor, como no evento de lançamento do *Diagnóstico 1998* e na oficina de trabalho para discussão dos indicadores de perdas e de qualidade dos serviços, promovidos pelo SNIS. Além dessas atividades, a equipe do SNIS tem participado de seminários e encontros técnicos de trabalho, promovidos por diversos agentes do setor, nos quais têm havido palestras e debates sobre o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Uma outra constatação é a maior visibilidade do SNIS e deste *Diagnóstico*, evidenciada pelo aumento da demanda pela sua divulgação, que se faz sentir por uma quantidade crescente de solicitações de entidades públicas e de empresas privadas, além das manifestações positivas dos próprios prestadores de serviços. Para se ter uma idéia dessa demanda, basta dizer que foram distribuídos mais de 5 mil exemplares do *Diagnóstico 1998*, para os prestadores de serviços de saneamento, órgãos dos governos – nas esferas federal, estadual e municipal –, empresas de consultoria, universidades, consultores individuais, sindicatos dos trabalhadores no setor, inúmeras prefeituras municipais de todo o país, entidades corporativas que congregam os prestadores de serviços e os técnicos do setor, tais como AESBE, ASSEMAE, ABCON e ABES, além de entidades ligadas a áreas afins, como meio ambiente e recursos hídricos.

Em relação ao *Diagnóstico*, extraído do SNIS e publicado anualmente, é importante ressaltar alguns avanços, como a apresentação dos dados de qualidade dos serviços, no caso dos prestadores de serviços de abrangência regional e microrregional, desagregados por município e não agregados para cada prestador de serviços. Dessa forma, corrige-se uma distorção do *Diagnóstico* anterior, já que informações agregadas não se mostraram apropriadas para uma avaliação da qualidade dos serviços de um prestador que opera muitos sistemas, como é o caso das companhias estaduais. Outro avanço importante diz respeito à análise estratificada do

desempenho dos prestadores de serviços com base no seu tamanho, feita pela primeira vez desde o lançamento do *Diagnóstico*.

Do ponto de vista da prestação dos serviços destacam-se alguns progressos importantes, como o crescimento das redes de água e de esgotos, nos últimos quatro anos, que nos serviços regionais alcançou 3,5% e 3,6%, respectivamente, e nos serviços locais 15,4 e 23,4%. O crescimento das ligações foi ainda maior, ou seja, 8,7% e 7,1%, respectivamente, para os serviços de água e esgotos operados por prestadores regionais, e 13,5% e 23,4% para os locais.

No que se refere ao desempenho dos prestadores de serviços, ressalta-se a melhoria de alguns indicadores importantes, como o índice de produtividade de pessoal das companhias estaduais, que caiu de 4,7 empregados por mil ligações de água para 4,0, nos últimos quatro anos, representando um aumento de produtividade de cerca de 15%. Em outro indicador de destaque – as perdas de faturamento – também ocorreu um avanço significativo nos últimos quatro anos, quando os prestadores de serviços tiveram uma queda de 7,5% no índice (41,2% de perdas em 1996 e 38,1% em 1999). Mais importante, no entanto, que os valores dos indicadores é a nítida tendência de melhoria que se verifica quando da análise da série histórica dos dados.

Um aspecto negativo a registrar diz respeito à queda no nível de investimentos, que apresentava curva ascendente até o *Diagnóstico* passado e, no entanto, caiu em 1999, muito embora sustentando-se ainda em um bom patamar.

Finalmente, vale registrar o mesmo comentário apresentado no *Diagnóstico* anterior, a respeito da importância de se instituir, nos níveis estadual ou municipal, sistemas de informação administrados pelas estruturas de regulação e controle, no sentido de que se constituam instrumentos efetivos de controle público – do governo e da sociedade – sobre a prestação dos serviços de saneamento e como fonte de informação para

o SNIS. A democratização da informação sobre os serviços é uma necessidade atual, numa realidade em que a maioria dos serviços é administrada pelo setor público e, apesar disso, os usuários e os poderes concedentes não dispõem de instrumentos de controle.